

DEPENDÊNCIA E VULNERABILIDADE EXTERNA ANGOLANA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL (2002 -2017)

Anacleto Aníbal Xavier Domingos¹
Emilio Campos Mendes²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a dependência e vulnerabilidade externa de Angola no período de 2002 a 2017. Foram utilizados indicadores de vulnerabilidade econômica para observar o comportamento da economia angolana ao longo do período analisado. Os resultados apontam para uma vulnerabilidade externa de Angola, pois quando a economia internacional cresce, principalmente quando puxada por booms energéticos, como o caso petrolífero, os dados econômicos de Angola mostram que ela cresce junto, porém em momentos de crise do setor o país não consegue manter seu crescimento, tendo perdas significativas de suas reservas, impactando fortemente os indicadores de vulnerabilidade externa analisados.

Palavras-chaves: Angola, vulnerabilidade externa, dependência, desenvolvimento econômico.

Área Temática: Relações Econômicas Internacionais.

Financiamento: Esse trabalho foi financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará. E-mail: domingo59xavier@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará. E-mail: emiliomendes91@gmail.com

A estrutura macroeconômica angolana está intrinsecamente ligada ao seu passado histórico, isto é, ao seu passado de ex-colônia, ao intenso processo de guerra civil que se prolongou do início do período pós-independência em 1975 até o começo do século XXI, em 2002.

O período pós-independência marcou o início da estruturação de uma economia dependente de commodities – o petróleo principalmente, uma mercadoria amplamente dependente do mercado mundial e, portanto, totalmente suscetível aos choques externos. O petróleo trouxe consigo a conhecida “maldição dos recursos naturais” como apontam Ovadia e Croese (2017); Rocha (2016); e Ferreira (2005).

Fortunato (2001), ao debruçar-se sobre a dependência externa da economia angolana, aponta o impacto da guerra civil sobre as estruturas físicas e sociais; o papel desempenhado pelo setor petrolífero; a escassez de oferta interna e o peso excessivo das importações. Outro aspecto relevante na estruturação da economia angolana, depois de 2002, foi o boom das commodities interrompidas com a crise financeira de 2008, com pequena recuperação no ano seguinte e recaída a partir de 2014 com a crise cambial angolana provocada pela queda do preço do barril de petróleo.

Há alguns fatores que implicam na vulnerabilidade externa de um país, entre eles, a capacidade de pagamento dos empréstimos externos. Quando o país não consegue saldar seus compromissos, uma das alternativas são as denominadas finanças especulativas, que consiste, de acordo com Alencar e Scarano (2010), em refinanciar suas dívidas, o principal ou juros dessa dívida.

O artigo objetiva analisar o grau da dependência da economia angolana, no período de 2002 a 2017 (período de guerra civil), aos choques externos através dos indicadores de vulnerabilidade econômica como o saldo de transações correntes, a taxa de investimentos, a dívida externa contraída pelo país, as dívidas de curto prazo, a taxa de crescimento do PIB, as exportações, assim como os níveis de reservas que o país possui para enfrentar os choques que ocorrem no mercado internacional.

Para além desta introdução, o artigo é composto de três seções e as considerações finais. Na primeira seção são apresentados alguns aspectos do contexto socioeconômico angolano do pós-guerra civil. A segunda seção apresenta breves notas sobre o uso de poupança externa para o desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento, esta seção trata dos elementos que levam estes países a se encontrarem quase sempre em vulnerabilidade econômica, com ou sem casos de crises cambiais. A terceira seção faz uma análise dos indicadores de vulnerabilidade externa Angola do período pós-guerra civil, mais especificamente de 2002 a 2017 e por último são tecidas as considerações finais.

1. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DE ANGOLA NO PÓS GUERRA CIVIL 2002-2017

Angola é um país recente, que integra o rol de territórios que fizeram parte da dominação colonial portuguesa em África. Alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975. O seu nome advém do aportuguesamento do nome dos reis do Reino do Ndongo – Ngola, que se localizava, no século XVII, perto da atual capital do país, Luanda. Ela está situada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, e ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1.600 quilômetros, fazendo fronteira a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte.

O país nasce como uma economia dependente primordialmente do petróleo. Orientou-se pelo marxismo-leninismo nos primórdios de sua independência. Apesar dessa orientação, com o apoio da ex-União Soviética, manteve em seu interior um enclave capitalista – isto é, manteve em seu território as grandes petrolíferas, como forma de financiar o seu desenvolvimento econômico. A dependência dessas grandes companhias internacionais é uma herança da antiga administração portuguesa. Essas companhias eram atraídas pela possibilidade de exploração comercial do petróleo no enclave de Cabinda³, no norte do país. Os capitais destas companhias se tornaram essenciais para a manutenção

³ Território angolano situado no extremo norte do país e faz fronteira com a República Democrática do Congo. É rica em petróleo e compõe as 18 províncias angolanas.

do regime político socialista angolano, que compreendeu prontamente que não conseguiria financiar a transição sem as grandes petrolíferas instaladas.

Esta situação colocou Angola numa situação de dependência do mercado internacional do petróleo, estruturando-se, portanto, toda economia em torno do setor petrolífero e outros setores voltados à extração tanto dos mais variados minérios quanto do petróleo, deixando por sua vez a economia nacional cada vez mais dependente da importação de produtos e ao mesmo tempo dependente da exportação de produtos primários, principalmente do petróleo.

Essa dependência acentuou o processo de desindustrialização durante o período de transição (1989 a 1991), e a guerra civil em concomitância foi um dos componentes que ajudaram a exacerbar esse processo juntamente com o uso perdulário que se fez da economia petrolífera como afirma Manuel Ennes Ferreira:

O nosso petróleo foi, desde os primórdios da nossa independência, usado numa dupla perspectiva, como instrumento da política externa (valorização do poder negocial na arena política internacional) e enquanto fermenta do reforço da política do “rent-seeking” da sua elite dirigente. (FERREIRA apud ROCHA, 2016, p. 5).

Nessa década de transição assistiu-se à consolidação do setor petrolífero em detrimento da economia não petrolífera. O PIB teve uma variação média anual, entre 1989 e 2000, de -3,01% que confirma uma recessão sustentada a partir de 1989, variando -27,16% e -26,24% em 1993 e 1994 respectivamente. O setor petrolífero, portanto, com o seu caráter de extroversão, insere o país em uma vulnerabilidade externa, desguarnecendo-o diante dos diversos choques externos.

O fim do conflito armado em 2002, renovou as esperanças de tempos melhores. Angola se tornou um país disputado pelos grandes centros capitalistas devido ao boom econômico das commodities que ocorreu no período pós-guerra civil. O PIB cresceu 7% ao ano em média, o preço do barril de petróleo saiu de 22 dólares em 2002 para 147 dólares em 2008, proporcionando uma dinâmica de enriquecimento ao Estado como nunca vista, levando o governo a comunicar a população que essa dinâmica de enriquecimento a beneficiaria. O prognóstico foi a elevação das desigualdades sociais e um aumento da incidência da pobreza no país (ALENCASTRO, 2020).

Este contexto angolano leva a problemas macroeconômicos estruturais que agudizam e intensificam as condições de vulnerabilidade externa a que a economia angolana se insere. O boom econômico do começo dos anos 2000 permitiu a Angola acumular reservas internacionais para fazer frente às suas múltiplas necessidades de importação dos diversos produtos que a indústria doméstica não consegue suprir. Até que ponto as condições de vulnerabilidade externa colocam em xeque o desenvolvimento econômico de um país? A seção a seguir apresenta alguns aspectos desenvolvidos na literatura sobre a temática. Em seguida, analisamos os indicadores de vulnerabilidade externa de Angola.

2. BREVES NOTAS SOBRE O USO DE POUPANÇA EXTERNA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A VULNERABILIDADE EXTERNA

O interesse pelo estudo da vulnerabilidade econômica dos países em desenvolvimento vem aumentando desde as crises cambiais dos anos 1990 (CARCANHOLO, 2002; CARRIOLE, 2010). Este interesse está também atrelado às questões da utilização da poupança externa para o financiamento do desenvolvimento econômico (AURÉLIO, 1997) que é debatida de maneiras diferentes pelas diversas correntes do campo das ciências econômicas. Segundo Chossudovsky, os Planos de Ajuste Estruturais promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, como responsáveis pela degradação da estrutura econômica dos países emergentes, segundo o autor,

o pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI-Banco Mundial desmantelam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. [...] As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a

gradual eliminação das indústrias de substituição de importação: elas destroem todo o tecido da economia doméstica (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 60).

Esses Planos de Ajustes elencaram vários aspectos das economias dos países emergentes, os impactos sobre a América Latina por exemplo, como apontam Alencar e Scarano (2010), foram diferentes do Sudeste asiático, assim como das economias africanas do qual analisamos neste ensaio sobre Angola. Esses planos, de cariz ortodoxo, dentro da vertente neoclássica, foram instrumentalizados pelo Plano Brady nos anos 1990 (BRESSER e GALA, 2007). Na falta de capitais para o financiamento dos países em desenvolvimento, a vertente ortodoxa propunha a política do desenvolvimento econômico com poupança externa e consequente abertura da conta de capitais. A evolução da balança de capitais reflete a obtenção de novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

Para a teoria neoclássica, os investimentos promovidos nas economias, ou seja, seu crescimento econômico, devem ter origem na poupança externa, quando seu nível de poupança interna é baixo. De acordo com essa teoria, os países com alto nível de capital irão transferir seus recursos para as economias de baixo nível de capital, de modo a estabelecer o crescimento da produtividade marginal do capital.

Segundo Bresser e Gala (2007), dois pressupostos estavam por trás dessa proposta, o primeiro consistia em os países ricos transferirem seus capitais para os países pobres e o “segundo, que a poupança externa recebida por um país transformar-se-á automaticamente em investimento produtivo (BRESSER e GALA, p. 4, 2007).

A ideia é que a abertura da conta de capital aumente a renda per capita do país e amplie as opções de investimento dos agentes econômicos locais. A ampliação dos investimentos gera retornos maiores que ampliam a capacidade produtiva do país, a ponto de pagar o principal e os juros da dívida contraída. Já o país desenvolvido ao emprestar a juros maiores que o que poderia receber domesticamente, gere bem-estar internamente (BRESSER e GALA, 2007).

Ainda segundo os autores, o que acontece com essa estratégia de crescimento na verdade é uma sobrevalorização cambial resultado do influxo de poupança externa que não promove o crescimento da taxa de investimento, pelo contrário, ocorre o aumento do consumo e do endividamento externo, podendo ocorrer um processo de substituição da poupança interna pela externa (BRESSER e GALA, 2007).

Ribeiro (2016), aponta que as transações econômicas e financeiras que um país mantém com o resto do mundo tem os seus benefícios na medida em que essa relação pode permitir que a demanda de outros países altere a dinâmica interna de desenvolvimento econômico. Novos investimentos podem aportar no país, assim como pode ocorrer um maior acesso a bens e serviços mais baratos e mais modernos, permitindo ganhos de bem-estar aos consumidores domésticos.

Ribeiro aponta também que os países em desenvolvimento como Angola, que para obterem esses benefícios precisam se expor aos choques do mercado mundial devido ao maior grau de abertura comercial e financeira, envolvem-se em maiores riscos. Ainda segundo Ribeiro (2016), a maior especialização produtiva a que grande parte dos países em desenvolvimento estão sujeitos, suas políticas econômicas se tornam mais instáveis e suas instituições mais frágeis e a necessidade de moeda forte para fazer frente às transações comerciais, coloca os países em desenvolvimento em uma posição de vulnerabilidade externa.

Considerando que a elevação das taxas de juros provoca o aumento do valor das dívidas a serem pagas, Alencar e Scarano (2010) apontam para uma maior vulnerabilidade dos países que optam por finanças especulativas. Para Alencar e Scarano (2010, p.42), vulnerabilidade externa “expressa o grau de fragilidade das economias a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos em função das opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis”, bem como “dos custos de enfrentamento ou de ajuste diante de eventos externos”. Cariolle (2011), define a vulnerabilidade econômica como a probabilidade de que o processo de desenvolvimento de um país seja dificultado pela ocorrência de imprevistos exógenos - choques externos.

A vulnerabilidade externa é vista por Ribeiro (2016) como o risco que o sistema econômico de um país tem em relação a ações que podem afetar o setor externo. Quando ocorrem desordens econômicas, esses países podem ter seu crescimento econômico afetado, com isso variáveis como o emprego, a inflação e as contas públicas podem ser afetadas. O autor destaca ainda que, fatores que

podem contribuir para amenizar possíveis desordens econômicas, causadas no setor externo, são o nível de reservas internacionais do país; recursos externos como fonte de financiamento; nível de poupança, entre outros.

Ribeiro (2016), ao levar a cabo uma reavaliação da vulnerabilidade externa da economia brasileira, aponta duas vertentes principais na literatura sobre o tema. A primeira vertente como já apontado por Alencar e Scarano (2010) e Cariolle (2010) e que aparece também no texto de Dennis Essers de 2013. Para a primeira vertente, o sistema econômico dos países em desenvolvimento passa por certas perturbações devido a alguns choques externos. Essas perturbações reduzem o crescimento econômico, o emprego, aumentam a inflação e desestabilizam as contas públicas. As causas seriam as,

fragilidades estruturais e institucionais, exigindo destes (países) a adoção de um conjunto de medidas preventivas, a exemplo da acumulação de grandes volumes de reservas internacionais ou das restrições à entrada de capitais de curto prazo, formas de aumentar a “blindagem” em relação a choques externos (RIBEIRO, 2016, p. 20).

Segundo Ribeiro (2016, p.20), Essers apresenta uma explicação para choque externo, como sendo um “evento inesperado e exógeno, e que está além da capacidade de controle ou mesmo de prevenção por parte dos governos” onde inclui elementos como queda nos termos de troca, a escassez de liquidez internacional e a redução na taxa de crescimento da economia mundial. O autor aponta como elementos da vulnerabilidade o grau de exposição do país aos choques e o nível de resiliência para absorvê-los.

A segunda vertente é mais um complemento da primeira do que um contraponto. Ela aponta as questões de liquidez e solvência externas como foco da avaliação da vulnerabilidade externa, baseados nas metodologias de avaliação do Fundo Monetário Internacional. Incluem-se nesta vertente também as análises de crises cambiais e financeiras. A insolvência ocorre quando os ativos externos líquidos de um país e o seu volume de financiamento externo são insuficientes para pagar ou fazer frente a rolagem dos passivos externos (RIBEIRO, 2016)

Qualquer que seja a vertente que se escolha para a avaliação da vulnerabilidade econômica, a origem sempre são os constantes e sistemáticos déficits nas transações correntes. A questão, portanto, é que quando se recorre à poupança externa deve-se aumentar a capacidade produtiva interna com vista a pagar a dívida proporcionando um aumento de bem-estar na sociedade.

Como apresentado em Ribeiro (2016), a integração promovida pelas transações comerciais traz benefícios para a economia de um país. Por meio dela é possível se utilizar de mecanismos como a demanda externa, ter acesso a bens de capital que por sua vez favorecem o investimento, o progresso tecnológico e a diversidades de bens para os consumidores, ocasionando no crescimento econômico do país.

Em contrapartida, as relações por meio das transações comerciais podem apresentar vulnerabilidade aos países. Se o país permanecer em uma economia com especialização produtiva, para atender as demandas de outros países, a sua economia pode-se tornar menos diversificada e com suas políticas econômicas instáveis, pois parte dela irá depender do bom desenvolvimento dos países compradores de suas mercadorias (RIBEIRO, 2016). Como é necessário realizar os pagamentos com moedas conversíveis, o país permanece em uma posição vulnerável, devido ao volume de moedas que são necessárias para o seu sistema econômico, denominando o termo vulnerabilidade externa.

Reisen (1998) sugere que o crescimento dos déficits em transações correntes, que estejam relacionados ao aumento do consumo doméstico ou a investimentos que não são direcionados a setores produtivos, devem ser evitados. Pois estes são considerados investimentos que não promovem o crescimento da capacidade produtiva do país. Quando os recursos externos são direcionados para os setores produtivos o país tem a capacidade de gerar divisas, as divisas por sua vez, podem ser utilizadas para amortizar os empréstimos e financiamentos.

Países com sua economia voltada para o setor externo devem manter constância observação na trajetória das transações correntes, se esta apresenta déficits, seu monitoramento deve ser cauteloso. De acordo Ribeiro (2016), o déficit em transações correntes por si só, não é tão prejudicial à economia do país, mas sim a vulnerabilidade externa do país, devido ao déficit.

O elevado grau de dependência externa condiciona o crescimento do PIB ao setor de exportação, podendo deixar a economia comprometida aos riscos externos. Pois, uma queda nos preços dos produtos exportados provocaria um déficit em conta corrente, logo, na economia do país (FORTUNATO, 2001).

A exposição dos países a financiamentos que permitam a sua vulnerabilidade pode ocorrer pela falta de recursos próprios, que permitam seu desenvolvimento social e econômico. Geralmente, são economias que não estão no centro do sistema capitalista (ALENCAR E SCARANO, 2010).

Ribeiro (2016) destaca que fatores como: os déficits públicos elevados; desaceleração da economia chinesa; desaceleração da produtividade dos fatores; desaceleração do comércio mundial, ocasionaram em baixo crescimento do PIB mundial, deixando em risco a instabilidade financeira. Este cenário pode ser ainda mais complicado para os países dependentes do setor externo, em que o crescimento da sua economia fica condicionada ao bom andamento do crescimento mundial.

Segundo Alencar e Scarano (2010), quando há uma forte liberalização do fluxo financeiro, maior pode ser a mudança de expectativa dos investidores, tornando voláteis as principais variáveis financeiras das economias em desenvolvimento. Neste sentido, o câmbio é uma variável de extrema importância para essas economias. Os autores ponderam que, o grau de controle da variável câmbio e da taxa de juros, pela autoridade monetária está ligada ao nível de abertura dos mercados e do sistema financeiro do país. Por meio deste, se estabelece a relação entre endividamento externo e a acentuação dos indicadores de vulnerabilidade externa.

Conforme Alencar e Scarano (2010), os países devem aumentar a taxa de juros básica da economia como medida para manter o câmbio sobrevalorizado. Mas, ao realizar essa ação os recursos migram do setor produtivo para o setor financeiro, ocasionando em queda da poupança interna.

Na seção que se segue, examinaremos alguns indicadores que ajudam a identificar os riscos que Angola corre ao enfrentar dificuldades de financiar seu balanço de pagamentos que redundam na necessidade de reversão do déficit em Transações Correntes (TCs) ou, em uma situação mais extrema, em uma crise cambial e permitem a continuidade da situação de dependência dos movimentos favoráveis da economia mundial, isto é, de crescimento econômico, principalmente a ligada ao boom das commodities. O período de análise do ensaio justifica-se devido ao contexto de estabilidade política que Angola vive atualmente com o fim da guerra civil em abril de 2002.

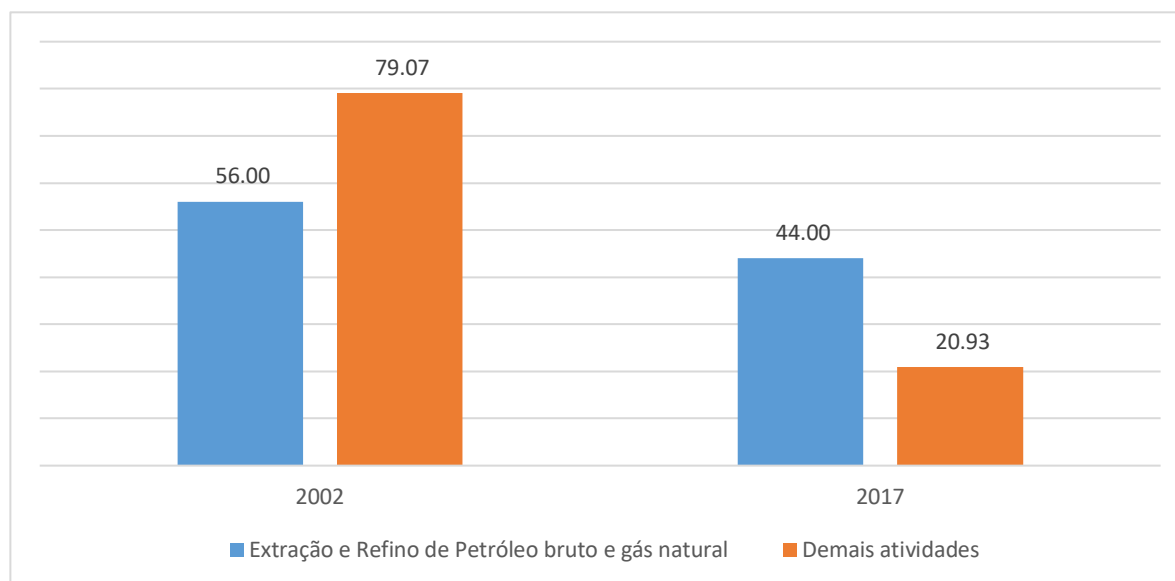
3. ANÁLISE DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE EXTERNA ANGOLA DE 2002 A 2017.

Em todo contexto histórico angolano, a sua inserção precária na economia mundial após o processo de descolonização, como apontamos mais acima, foi o começo da manutenção de uma relação de dependência. A destruição do aparelho produtivo de Angola, pela guerra civil de mais de 20 anos, agudizou a forma dependente de inserção. O fim da guerra no começo do século acendeu as esperanças da população com o boom das commodities. Os dados mostram uma Angola com robustas taxas de crescimento durante o período do boom, porém, assistiu-se também a consolidação do setor petrolífero como o polo dinâmico da economia que, em última análise não cumpriu devidamente esse papel.

A dependência externa do setor petrolífero, assim como dos capitais estrangeiros, ocorre desde o nascimento do Estado-nação Angola em 1975. As políticas macroeconômicas, tanto fiscais quanto monetárias e cambiais e orçamentárias têm sido baseadas nos resultados do enclave do petróleo, isto é, no ciclo da economia do petróleo.

Segundo Rocha (2015) existe uma relação positiva do ciclo do preço do barril de petróleo e as taxas de crescimentos de Angola. Do final do conflito armado em 2002 até a crise financeira internacional de 2008, quando do boom da commodity energética com base no petróleo, com o preço do barril acima dos 120 dólares. Com a crise de 2008 o preço cai para 40 dólares.

Gráfico 1 - Participação da Indústria de Petróleo e Gás no PIB de Angola – 2002, 2017



Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais de Angola.

De 2002 a 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB angolano era de 11,1%. De 2009 a 2015, essa taxa cai para 3,4%, devido a redução da produção petrolífera e da falta de produtividade da economia não petrolífera (ROCHA, 2015), dando origem a tendências internalistas, estas modificações no mercado internacional demandaram da economia de Angola adaptações ao novo cenário mundial. Começando a se observar um aumento das atividades ligadas ao comércio interno e conseqüentemente uma diminuição do fluxo de comércio externo – observa-se uma economia que começa a voltar-se para o mercado interno como mostram os dados das Contas Nacionais de 2002 a 2017.

3.1.METODOLOGIA

Com sua economia ligada ao seu passado histórico, marcada pela guerra civil, Angola apresenta a sua estrutura econômica dependente do setor de exportação, mais especificamente do setor petrolífero. Com o fim da guerra civil, no início do século XXI e o boom de commodities, no mesmo período, o artigo se propõe a analisar a dependência e vulnerabilidade externa da Angola, entre 2002 e 2017. Este período se reflete, como já mencionado, o fim da guerra civil e o boom de commodities, até o período de crise cambial resultante da queda de preço do barril de petróleo a partir de 2014.

Os dados utilizados para a elaboração dos gráficos foram obtidos a partir da base de dados do Banco Nacional de Angola (BNA). O saldo das transações correntes; a formação bruta de capital fixo; o PIB; as exportações; a dívida externa total; a dívida externa de curto prazo; as reservas; e os investimentos em portfólio.

Com base nos dados foi demonstrado o comportamento da relação FBCF/PIB; a evolução das transações correntes. Além desses foram demonstrados também os seguintes indicadores de vulnerabilidade: dívida externa total/exportações; dívida externa de curto prazo/dívida externa total; dívida externa de curto prazo/exportações; além do crescimento acumulado do PIB a preços correntes. A partir dos dados e gráficos foi realizada a análise dos resultados dos indicadores apresentados.

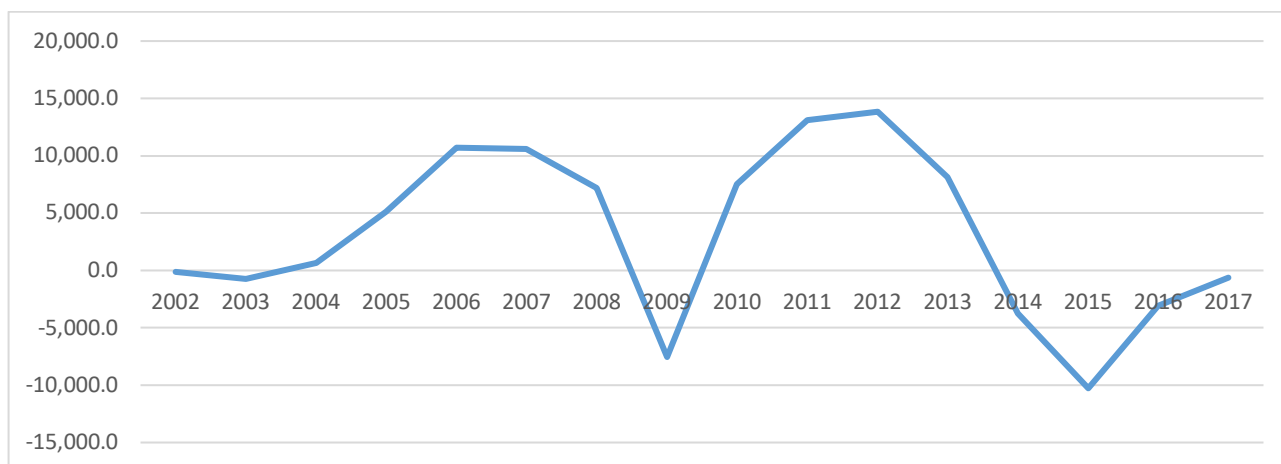
3.2.RESULTADOS

O gráfico 2 demonstra que Angola inicia o período analisado com déficits nas transações correntes e posteriormente passa por dois períodos de déficits, o primeiro em 2009 e o segundo entre 2014 e 2017. O déficit em 2009 tem como reflexo a crise de 2008 que afetou as exportações de vários países, o déficit a partir de 2014 apresenta relação com a queda do preço do barril de petróleo, que ocasionou uma redução das exportações e conseqüentemente dos valores dessas exportações. Harvey

(2010) aponta que o comércio internacional reduziu cerca de um terço em poucos meses, em 2009. Países produtores de petróleo tiveram diversas dificuldades devido à súbita queda dos preços do Brent.

O déficit em transações correntes põe em risco a sustentabilidade das contas externas do país. Para países que são dependentes do setor primário o saldo em transações correntes se torna pauta constantemente, pois o país pode se tornar dependente do setor externo, o que é um problema em períodos de crise dos países desenvolvidos. Ribeiro (2016) relembra a crise financeira de 2008-2009 que afetou países de todo o mundo, não se prolongando por mais anos devido às rápidas políticas implementadas.

Gráfico 2 - Saldo em Transações Correntes (USD)

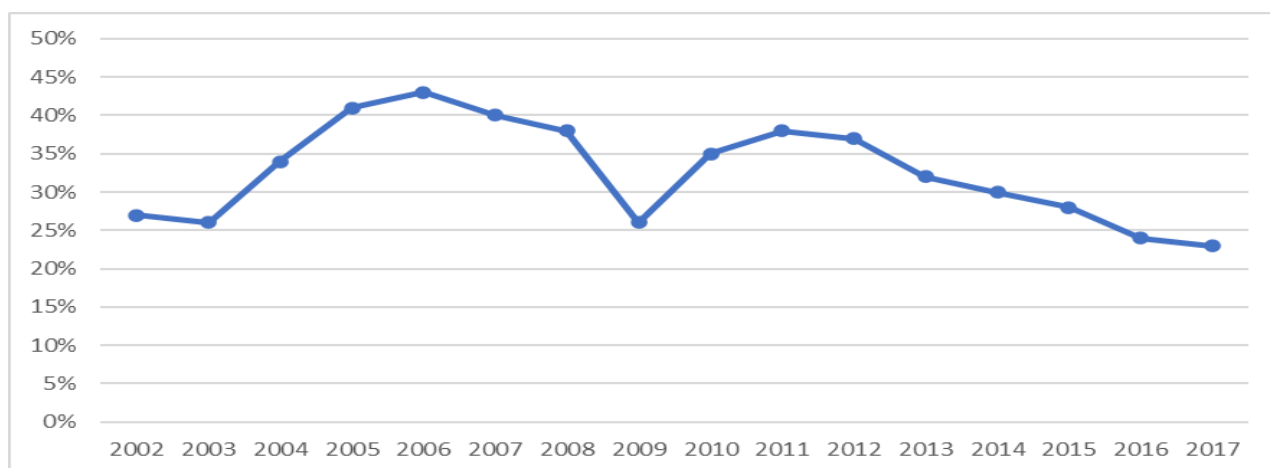


Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

O déficit ocorrido, a partir de 2014, é puxado principalmente pela queda nas exportações a níveis maiores que a redução das importações, que também ocorreram no período. Em momentos como este, caso o país recorra à poupança externa, Alencar e Scarano (2010) sugerem que seja por um curto período, e que o recurso seja implementado para gerar desenvolvimento, no qual o país não fique dependente desse capital e nem substitua a poupança interna pela poupança externa.

O gráfico 3 demonstra a relação da poupança em relação ao PIB do país. Observa-se que a sua flutuação acompanha a mesma dinâmica do saldo de transações correntes da Angola, o gráfico também apresenta semelhança com a trajetória do nível de exportações do país, neste sentido, têm-se que a poupança do país é, em grande parte, determinada pela situação favorável do setor externo, quando as exportações estão em crescimento o nível das transações correntes melhoram e o nível de poupança também cresce. Em momentos de crise o oposto ocorre, como é o caso de 2009 com o resultado da crise que o mundo enfrentou, o nível de poupança em relação ao PIB do país diminuiu para 26%.

Gráfico 3 - Poupança em relação ao PIB



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

No gráfico 4 observa-se que a FBCF em proporção ao PIB mantém certa constância no período entre 2002 e 2017, com exceção do ano de 2009 quando ocorreu um aumento de 43% da taxa de investimento. A partir de 2015 há um declínio dessa razão, indicando que a poupança externa pode não ter sido redirecionada para o setor produtivo.

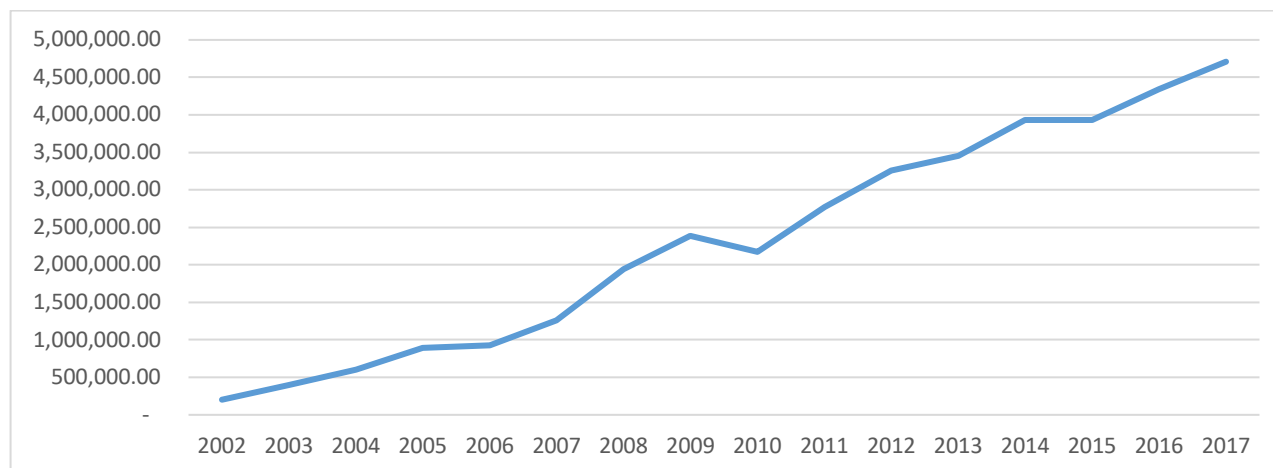
Quando se analisa apenas a FBCF, no gráfico 5, nota-se que esta encontra-se em ascensão no período analisado, em relação ao gráfico anterior, surge como mais uma evidência de que a FBCF cresceu, mas não na mesma proporção que o PIB do país. Indicando que o investimento do país teve outras direções que não o setor produtivo.

Gráfico 4 - Taxa de Investimento (FBCF/PIB)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

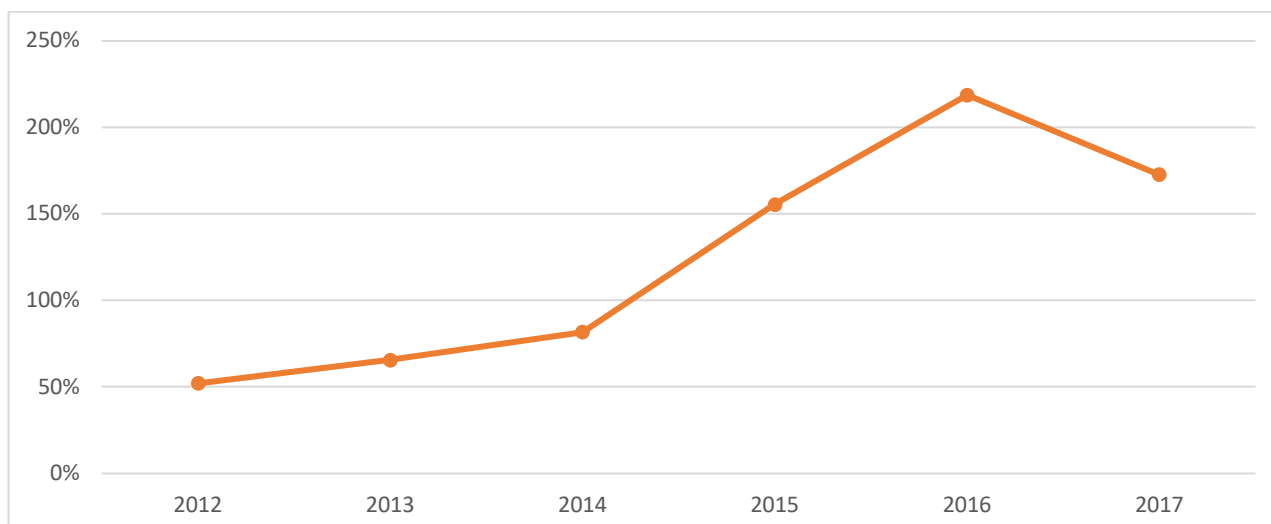
Gráfico 5 - Formação Bruta de Capital Fixo (Milhões de Kwanzas)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

O gráfico 6 apresenta o indicador de vulnerabilidade da dívida externa em relação às exportações do país, no qual nota-se que tem se deteriorado ao longo dos anos. Ou seja, a dívida externa de Angola vem crescendo em relação às exportações do país. Nota-se que o crescimento da dívida em relação às exportações, em 2016, coincide com o período de déficits das transações correntes do país.

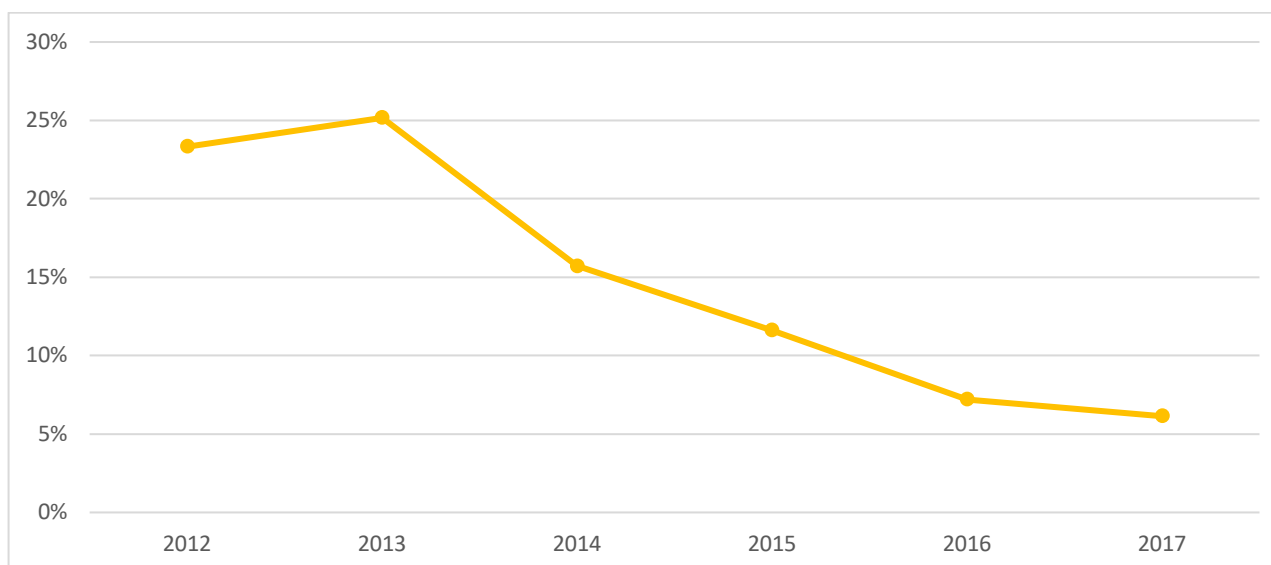
Gráfico 6 - Dívida externa total/exportações



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

O gráfico 7 indica que a dívida de curto prazo chegou a 25% da dívida total em 2013. Contudo, no decorrer dos anos o país reduziu a captação de empréstimos de curto prazo, conseguindo melhorar a situação, chegando em 2017 com 6% de sua dívida sendo parcelas de curto prazo. Neste sentido, o país apresenta redução no grau de vulnerabilidade em relação a esse indicador.

Gráfico 7 - Dívida externa de curto prazo (% da dívida externa total)

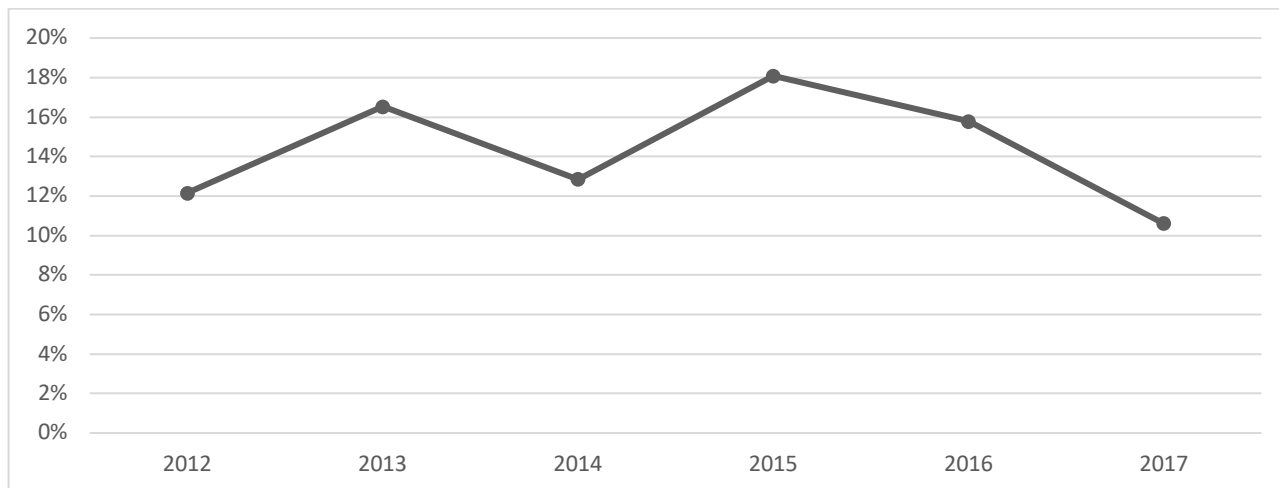


Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

No gráfico 8 pode-se notar que a dívida externa de curto prazo em relação às exportações se manteve oscilando com uma média de 14%, entre 2012 e 2017, tem seu ponto mais alto em 2015 quando alcança 18%. A partir de 2015, de acordo com os dados disponíveis, a dívida externa de curto prazo reduziu em relação às exportações, porém com taxas acima de 10%.

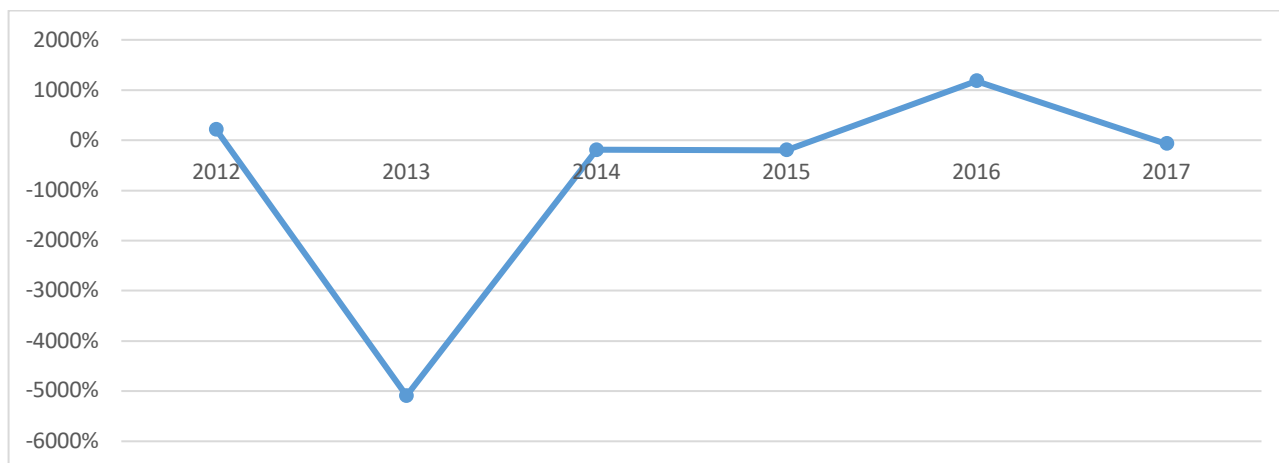
O Gráfico 9 apresenta o quanto Angola esteve negativada, no ano de 2013, em relação a suas reservas devido ao aumento da dívida de curto prazo do país, demonstrando a fragilidade financeira do país. A partir de 2014 o país demonstra leve recuperação até ao fim do período analisado.

Gráfico 8 - Dívida externa de curto prazo (% das exportações)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

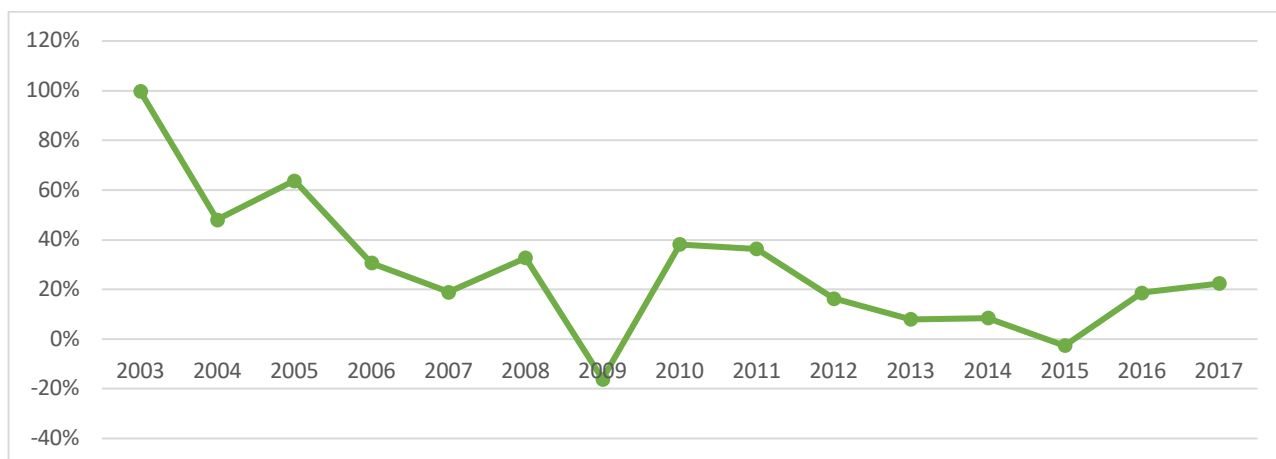
Gráfico 9 - Dívida externa de curto prazo (% das reservas)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

O gráfico 10 apresenta o crescimento acumulado da Angola. Observa-se que o país cresceu 28% no período. O país inicia o período analisado crescendo 100% em relação ao ano anterior e posteriormente esse crescimento cai, mesmo que a taxas positivas. No período analisado, nota-se que há duas taxas negativas, em 2009 e 2015, ano em o país apresentou déficits nas transações correntes. O gráfico indica também que o uso da poupança externa não se mostrou totalmente eficaz para o desenvolvimento, como mostrado no gráfico 4, o seu uso não foi totalmente aplicado no setor produtivo.

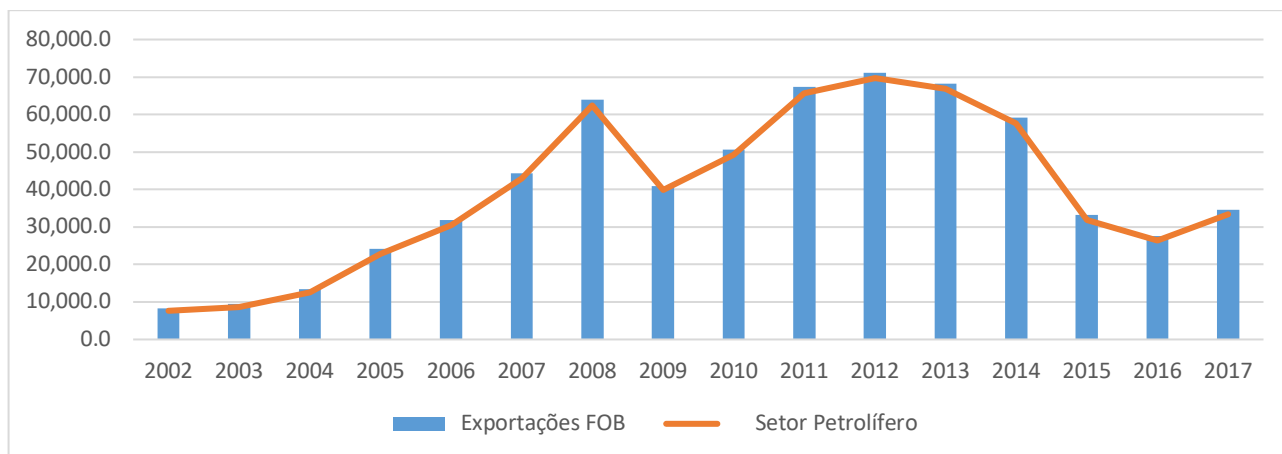
Gráfico 10 - Crescimento acumulado do PIB



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

Como apontado por Fortunato (2001), a Angola se aprofundou na produção e exportação de bens primários, o petróleo principalmente. Este segmento de produção ainda permanece na década de 2000 e 2010, como poderá ser visto no gráfico abaixo, deixando o país com elevado grau de dependência da economia.

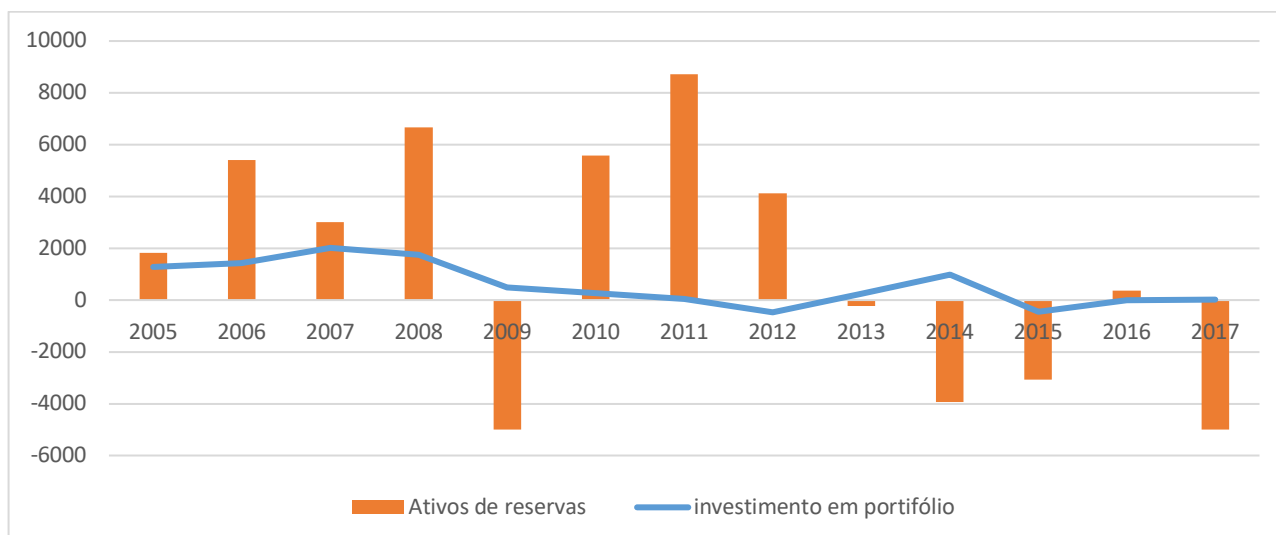
Gráfico 11 - Exportações da Angola de 2002 a 2017



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

O gráfico 11 demonstra o quanto Angola é dependente do setor petrolífero. Mais de 90% das exportações do país, segundo os dados do BNA, vêm do setor petrolífero, com isso, mudanças súbitas podem afetar a balança comercial do país, como foi o caso de 2009, que ainda sofria os reflexos da crise de 2008 que afetou as exportações de diversos países. Com a redução das exportações desse setor, a partir de 2014 Angola tem novamente uma redução de suas exportações totais, como pode ser visto.

Gráfico 12 - Níveis de reservas no país (USD)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do BNA/DES

No gráfico 12, observa-se que as reservas não acompanham o ritmo dos investimentos em portfólio, neste sentido, não é os investimentos no país que aumentam suas reservas. Ao comparar o gráfico 12 com os outros gráficos já apresentados acima, percebe-se que as reservas seguem o mesmo padrão das exportações do país, quando as exportações caíram, as reservas também diminuíram, ficando negativadas. Dentro dos dados disponíveis para o período analisado, esse movimento ocorreu em dois momentos, na crise de 2008 e a partir de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para uma vulnerabilidade externa de Angola, pois enquanto a economia externa está em crescimento os dados econômicos do país acompanham este crescimento, porém em momentos de crise do setor externo o país não consegue manter seu crescimento, tendo perdas significativas de suas reservas, impactando negativamente os indicadores de vulnerabilidade externa, analisados.

Os déficits em transações correntes se tornam uma preocupação para a sustentabilidade das contas externas angolanas na medida em que condicionam a sua trajetória de desenvolvimento. Os déficits constantes principalmente a partir de 2014 têm reduzido o consumo doméstico refletido na redução das importações, apesar da demanda cada vez mais constante por parte dos agentes econômicos.

Os resultados mostraram uma deterioração dos indicadores de vulnerabilidade externa de Angola. Como apontado pela literatura, os déficits no TCs são um problema a ser resolvido, mas também vimos que a resolução desses problemas demanda a compreensão mais profunda dos aspectos estruturais da macroeconomia angolana. Os déficits são provocados pela queda do preço do produto que mais fornece as receitas ao Estado angolano (o petróleo), a redução dessas receitas obrigam as autoridades a elaborarem políticas cambiais que levam a redução das suas reservas em moedas estrangeiras.

Os indicadores de vulnerabilidade externa apontam que a trajetória de Angola está muito ligada a dinâmica da economia internacional, quando ocorrem movimentos de alta nos preços da principal commodity comercializada no país observa-se melhorias nas reservas de moedas estrangeiras que alimentam as altas taxas de importação que a economia demanda, em parte devido a guerra civil ainda não recomposta integralmente com ganhos do boom das commodities no começo dos anos 2000.

Em suma, a vulnerabilidade externa angolana como refletida no saldo das transações correntes, no crescimento instável do produto interno bruto, no aumento da dívida externa total são frutos de aspectos estruturais e institucionais. Apesar das altas taxas de investimentos como apresentado na relação da formação bruta de capital fixo com o PIB, ainda se observa uma grande fragilidade no aparelho produtivo do país, com conseqüente processo de desindustrialização que vem ocorrendo desde a transição para a economia de mercados em 1989. O que se propõe é evitar consumo perdulários e investimentos não direcionados aos setores produtivos da economia, como se mesmo em meio as condições do país estivessemos rumando para o processo de financeirização.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. A. SCARANO, P, R. **Poupança externa, vulnerabilidade e crise cambial: os casos de México, Brasil e Argentina.** Revista de Economia Mackenzie, Volume 8, n. 2, p. 35-68. 2010.

AURÉLIO, M. M. **Poupança externa e o financiamento do desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 1997. 45 p. Texto para discussão, n. 496.

ALENCASTRO, Mathias. **A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015).** Novos Estudos. CEBRAP |São Paulo| vº 39, nº 0|125-141|JAN-BR. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010007>.

BRESSER-PEREIRA, L.C; GALA, P. **Porque a poupança externa não promove crescimento.** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 1 (105), pp. 3-19, janeiro-março, 2007.

BNA – **Banco Nacional de Angola.** Disponível em: <https://www.bna.ao/#/>

CARCANHOLO, M. D. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. 2002.** Tese (Doutorado em Economia) –Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002

CARIOLLE, Joël . **The Economic Vulnerability Index - 2010 Update.** Working Papers I09, FERDI, 2011. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/fdi/wpaper/631.html>

CHOSSUDOVISKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: os impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

ESSERS, D. **Developing country vulnerability in light of the global financial crises: shock therapy?** Review of Development Finance, v. 3, p. 61-83, 2013.

FERREIRA, M. E. **Realeconomic e Realpolitik nos recursos naturais em Angola.** Revista de Relações Internacionais, junho de 2005.

FORTUNATO, J. J. P. **Análise da dependência externa e da inflação na economia angolana na década de 1990.** Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis – SC/2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

OVADIA, J. S; CROESE, S. Angola: a natureza bifacetada do crescimento sem desenvolvimento num Estado rico em petróleo. In: Godfrey Kanyenze et al (Orgs). **Rumo a Democracia para o Desenvolvimento do Estado na África Austral.** Harare: OSISA, 2017.

REISEN, Helmut. **Sustainable and Excessive Current Account Deficits.** United Nations University. Working Paper of the World Institute for Research in Development Economics (UNU/WIDER), (151), 1997.

RIBEIRO, F. J. da S. P. **Reavaliando a vulnerabilidade externa brasileira.** Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990- ISSN 1415-4765. Novembro de 2016.

ROCHA, José Alves da. **A distribuição do rendimento como modelo alternativo de crescimento.** CEIC. Working Paper nº 01, fevereiro 2016.